

Dívida externa encolhe US\$ 10 bi

Investimentos estrangeiros diretos também favorecem administração do déficit do País

Marcello Antunes
de Brasília

A manutenção dos investimentos estrangeiros diretos feitos no País no patamar de US\$ 3,2 bilhões nos próximos meses — até sexta-feira entraram no Brasil US\$ 1,5 bilhão — favorecerá a administração da dívida externa pelo governo. Com o déficit em conta corrente sendo financiado integralmente por esses recursos, há uma folga para reduzir a dívida. Foi o que aconteceu entre março e maio, quando a dívida externa encolheu cerca US\$ 10 bilhões por causa do pagamento feito ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, o governo não precisa recorrer ao mercado externo para cobrir o déficit nas suas transações com outros países.

Segundo o economista Francisco Faria Júnior, da Rosenberg Associados, embora o dinheiro que entrou no País em junho para a privatização tenha correspondido a pouco mais de US\$ 420 milhões, o maior volume seguiu para negócios, sendo US\$ 480 milhões para a indústria, US\$ 1,1 bilhão para o setor bancário e US\$ 902 milhões para o setor de comunicações. “É uma boa indicação”, diz, observando que o País está atraindo recursos independente do programa de privatização. De janeiro a junho, o País recebeu cerca de US\$ 13 bilhões.

Faria Júnior destaca que há uma certa tranquilidade para o futuro, pois os compromissos dos setores

Balança de pagamentos					
(US\$ milhões - Dados preliminares)					
	1999			2000	
Discriminação	Junho	Jan-Jun	Ano	Jun	Jan-Jun
Balanco comercial	-145	-620	-1.210	258	-819
Exportações	4.313	22.451	48.011	4.861	26.153
Importações	4.458	23.072	49.222	4.603	25.334
Serviços (líquido)	-2.953	-12.919	-25.884	-2.884	-13.067
Juros	-1.864	-7.783	-15.270	-1.692	-7.994
Outros*	-1.089	-5.135	-10.614	-1.192	-5.072
Transferências unilaterais	175	1.093	2.032	149	884
Transações correntes	-2.923	-12.447	-25.063	-2.477	-11.363
Capital	-8	9.531	17.241	1.998	3.594
Investimentos*	1.757	13.853	30.034	4.378	13.144
Amortizações	-4.356	-27.813	-48.772	-3.484	-14.342
Empréstimos e financiamentos de médio e longo prazos**	3.599	21.478	43.99	3.251	17.472
Capitais a curto prazo	-1.853	-4.220	-8.765	-2.129	-2.372
Outros capitais***	-2.860	6.233	749	-18	-10.309
Variação de haveres de curto prazo (= aumento)	2.931	2.915	7822	479	7.770
Memo					
Transações correntes/PIB (%)	-	-4.55	-4.50	-	-3.54

Fonte: Banco Central

*Inclui lucros reinvestidos

**Inclui empréstimos brasileiros líquidos ao exterior

***Inclui erros e omissões e operações de regularização

público e privado brasileiros são decrescentes até 2012. De acordo com as estimativas do BC, os vencimentos deste ano somam US\$ 26 bilhões, já descontado o pagamento feito ao FMI. No ano que vem, esse valor cai

para cerca de US\$ 22 bilhões e US\$ 15 bilhões em 2002.

No entanto, o economista observa que esses valores ao longo do tempo não computam as exportações. “A média anual é de US\$ 25 milhões

em compromissos. Nada de anormal”, comenta.

Considerando a dívida externa de US\$ 231 bilhões, em números de maio, Faria Júnior acredita que os investimentos externos sendo mantidos e dirigidos principalmente para a produção, o governo vai cobrir as suas necessidades e honrar o fluxo de pagamentos. Mas o ideal, segundo ele, é aumentar o superávit da balança comercial, que servirá para compensar as remessas de lucros e dividendos ao exterior que tendem a aumentar por conta do grande volume de investimentos estrangeiros diretos.

A retomada das privatizações também contribuirá, no longo prazo, para reduzir o impacto sobre a dívida externa, principalmente se o crescimento da economia for mantido por um longo período. “Com o crescimento da economia, a relação dívida externa sobre o PIB diminui e esse indicador é importante por mostrar a solvência do Brasil.”

Embora o governo não tenha conseguido privatizar o Banespa, o Banco do Estado do Maranhão (BEM) e o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) no primeiro semestre deste ano, conforme foi traçado dentro das metas de intenção no âmbito do acordo com o FMI, o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes, afirma que não haverá o comprometimento das demais obrigações acertadas com o Fundo, até porque o governo continuará trabalhando para a privatização dessas empresas.